

PL-5877/19: Comunicado à Sociedade.

A Eletrobras já existe, não é preciso gastar R\$ 4 bilhões dos cofres públicos para criar uma nova empresa estatal.

O presidente da Eletrobras Wilson Pinto Júnior, e os atuais diretores e conselheiros, liderados pelo ministro do MME Bento de Albuquerque e sua secretária executiva Marisete Dadald Pereira (ex-Eletrosul), por não terem projeto de crescimento e fortalecimento da Eletrobras e suas empresas, apresentaram ao Congresso Nacional o PL-5877/19, que traz em seu cerne um conjunto de medidas contrárias ao interesse público. Não tem como dizer que o atual governo não tem projeto, o projeto deles é de total destruição do Brasil como nação soberana, país moderno e sociedade avançada. É o projeto de volta à escuridão e à exploração colonial de seu povo.

O Projeto de Lei sobre a privatização da Eletrobras é a maior mentira do mundo! Jamais contada, porque alguém jamais ousou tanto! É o Maior Golpe do Século 21! Se aprovado, farão de otários toda a parte honesta da sociedade brasileira: consumidores, contribuintes, empresários, associações, federações, instituições, indústria, serviços, comércio, importadores, exportadores, investidores. É meter a mão no bolso de cada um dos brasileiros, na maior cara-de-pau. Sem contrapartida; sem investir um centavo; sem correr qualquer risco financeiro, ambiental e legal. Simplesmente assim, passa o dinheiro aí! Isso é um ASSALTO!

Cabe registrar que o PL-5877/19 é muito, mais muito mesmo, diferente e prejudicial em relação às privatizações da era FHC. Naquela época vendia-se o bloco de

controle das ações, o que trazia mais benefícios aos cofres públicos visto que o processo era bem mais complexo. Isso com todas as impropriedades que existiram, como de precificação (muito aquém do que valia); de moeda de recebimento (aceitava-se a conhecida moeda podre); de impropriedades contábeis permitidas, em relação ao ágio e com quem ficava com a dívida dos empréstimos feitos exclusivamente para pagar a compra (a manobra fazia com que a própria empresa privatizada – seus consumidores – pagasse pelos empréstimos, uma espécie de auto privatização).

No PL-5877/19 consta, dentre outras impropriedades, a autorização para a venda da maior empresa de energia elétrica da América Latina a preço vil e com direito à descotização da energia já paga pela sociedade (aquelas usinas e linhas de transmissão abarcadas pela MP-579/12 – Lei 12.783/2013), o que representará o aumento significativo nas contas de luz, um assalto aos bolsos dos consumidores em geral (recai sobre eles uma conta impagável diretamente, via fatura de energia, e indiretamente pelo repasse dos valores pelo setor produtivo) e o fim da modicidade tarifária sem que haja devolução das indenizações já pagas e vincendas, pelo contrário, tenta convencer Deputados Federais e Senadores a adotarem **uma medida antiética, imoral, inconstitucional e incorreta**, ao fazer a população, já tão explorada, pagar energia velha como se fosse nova (que acabara de ser construída e preciso fosse pagar pelos investimentos), fazendo-a arcar com amortizações indecentes para engordar as burras de grandes minoritários

gananciosos, especuladores e gestores de fundos abutres.

Para o espanto de todos, o PL também traz no seu bojo outra excrescência, arquitetada nos porões da Eletrobras e do MME, pasmem: a CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA ESTATAL.

Ontem (21/07), a Dra. Marisete Pereira, ávida para atender sua agenda entreguista, nebulosa e de pouca transparência, enviou o Ofício 249/2020/SE para a Diretora da Eletrobras Elvira Presta, informando que solicitou ao Ministério da Economia a inclusão de R\$ 4 bilhões no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, para suportar a criação de uma nova estatal para cuidar de Itaipu, Eletronuclear, programas de governo e Busa, caso o Congresso Nacional aprove o projeto de lei de destruição da Eletrobras. Por si só já é um ato

inconcebível, ilegal e inconstitucional, criar despesa orçamentária sem lei que a justifique! Além disso, fere, mais uma vez, a dignidade e a prerrogativa intransferível do Congresso, ao dar como certa a aprovação de um texto tão caro à sociedade brasileira e tão lesivo ao patrimônio público e à economia popular.

Entretanto, tudo isso faz parte de uma orquestração privatizante, que coloca frequentemente o tema na mídia e faz as ações dançarem de baixo para cima e de cima para baixo, para a alegria de muitos especuladores. Criou-se um padrão especulativo contra o pequeno investidor minoritário, aquele que não detém informações privilegiadas, nas barbas dos órgãos de fiscalização e controle, como a CVM, TCU, CGU e Ministério Público Federal. Um novo golpe na praça!

A Dra. Marisete, diligente e competente que é, poderia ajudar seu pupilo Wilson Pinto Junior e seus afilhados do Conselho de Administração, a responderem as questões abaixo, que tanto a sociedade, os consumidores e os parlamentares querem saber:

- (i) Por que o governo atual e o MME deram continuidade a um projeto engendrado no governo Temer, o qual já foi rechaçado pela sociedade e pelo congresso?
- (ii) Por que insiste em um modelo de privatização lesivo ao patrimônio público (clara apropriação indébita a preço vil); achacador do consumidor (a conta recai toda sobre ele); comete crime contra a economia popular (prejudica toda a cadeia produtiva e de consumo geral); e fere a soberania nacional (acaba com um poderoso instrumento de controle sobre a energia elétrica e as águas brasileiras)?
- (iii) Por que o governo não viabiliza uma das várias propostas alternativas à privatização e ao modelo proposto já apresentadas pelo congresso, pela sociedade civil organizada e pelos representantes dos empregados, as quais se mostraram muito mais interessantes para o estado brasileiro e para a sociedade?
- (iv) Por que, mesmo com todas as evidências e pedidos de esclarecimentos de alguns órgãos de fiscalização e controle, o MME ainda não tomou providências para acabar com o padrão estabelecido de especulação com as ações da Eletrobras em Bolsa?

- (v) Por que gastar R\$ 4 bilhões dos cofres públicos e do contribuinte, só na fase inicial, em um momento tão crítico da economia e da sociedade, para criar uma empresa Estatal que abarcaria empresas públicas, se já as possui sem gastar um centavo?
- (vi) Por que gastar R\$ 4 bilhões de reais, só na fase inicial, e já queimar 30% do valor irrisório de R\$ 14 bilhões que arrecadaria com o modelo caótico de privatização? Digamos, caso esse golpe se concretize?
- (vii) Por que se antecipar à decisão do congresso sobre a aprovação do PL 5877/19, em um claro afrontamento às prerrogativas constitucionais do congresso e um evidente descumprimento de leis e princípios da administração pública? Cabe ao congresso decidir e definir, quando da aprovação de despesa, a origem dos recursos. Para toda despesa tem que tem a receita.
- (viii) Por que não criar um projeto de país, com políticas públicas, projetos de investimento de fomento ao investimento privado e a criação de emprego e renda, utilizando-se da Eletrobrás como potencializadora e meio para que crie um horizonte de progresso no País, mas manter-se em ações traiçoeiras e perversas contra à sociedade brasileira, notadamente o consumidor?
- (ix) Então, a que veio esse governo e esse ministério, se não tem condições de lutar e evitar esse achaque absurdo contra a nação, advindo do PL 5877/19, que é alheio à todas as ideologias nacionalistas, de direita ou de esquerda, inclusive e principalmente das próprias Forças Armadas "Brasileiras", do Brasil?

Antes reconhecida como pasta técnica e competente condutora da política energética do país, o MME se apequenou e não se sabe mais que tipo de gente está na sua liderança, antes eram servidores públicos e defensores dos direitos da sociedade e dos consumidores, hoje, pela postura e descomprometimento com a coisa pública, fica claro que a composição é de vendilhões alinhados com os interesses do mercado, agentes públicos que se comportam como despachantes de grandes acionistas minoritários.

Uma vergonha e crime contra o interesse público!

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 22 de julho de 2020.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

